

4º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO SESAU/AJ/CGCON/DESC Nº. 096/2006.  
 PROCESSO Nº.: 2006.3055.006094.  
 CONCEDENTE: Estado do Tocantins, através da Secretaria de Estado da Saúde.  
 CONVENIENTE: Município de Sítio Novo do Tocantins/TO.  
 OBJETO: Cessão de Uso de Bem Móvel – Computador.  
 DATA DA ASSINATURA: 03/09/2010.  
 VIGÊNCIA: adstrita à do Termo original.  
 SIGNATÁRIOS:  
 DR. FRANCISCO MELQUIADES NETO  
 Secretário de Saúde do Estado do Tocantins  
 ANTÔNIO ARAUJO  
 Prefeito de Sítio Novo do Tocantins/TO.

3º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO SESAU/DIRJUR/CCON/DESC Nº. 051/2007.  
 PROCESSO Nº.: 2007.2900.000992.  
 CONCEDENTE: Estado do Tocantins, através da Secretaria de Estado da Saúde.  
 CONVENIENTE: Município de Figueirópolis/TO.  
 OBJETO: Cessão de Uso de Bem Móvel – Computador.  
 DATA DA ASSINATURA: 10/09/2010.  
 VIGÊNCIA: adstrita à do Termo original.  
 SIGNATÁRIOS:  
 DR. FRANCISCO MELQUIADES NETO  
 Secretário de Saúde do Estado do Tocantins  
 JOSÉ FONTOURA PRIMO  
 Prefeito de Figueirópolis/TO.

4º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO SESAU/DIRJUR/CCON/DESC Nº. 018/2009.  
 PROCESSO Nº.: 2009.2900.000171.  
 CONCEDENTE: Estado do Tocantins, através da Secretaria de Estado da Saúde.  
 CONVENIENTE: Município de Miracema do Tocantins/TO.  
 OBJETO: Cessão de Uso de Bem Móvel – Computador.  
 DATA DA ASSINATURA: 01/09/2010.  
 VIGÊNCIA: adstrita à do Termo original.  
 SIGNATÁRIOS:  
 DR. FRANCISCO MELQUIADES NETO  
 Secretário de Saúde do Estado do Tocantins  
 ANTONIO EVANGELISTA PEREIRA JUNIOR  
 Prefeito de Miracema do Tocantins/TO.

6º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO SESAU/DIRJUR/CCON/DESC Nº. 020/2007.  
 PROCESSO Nº.: 2007.2900.000434.  
 CONCEDENTE: Estado do Tocantins, através da Secretaria de Estado da Saúde.  
 CONVENIENTE: Município de Piraquê/TO.  
 OBJETO: Cessão de Uso de Bem Móvel – Computador.  
 DATA DA ASSINATURA: 10/09/2010.  
 VIGÊNCIA: adstrita à do Termo original.  
 SIGNATÁRIOS:  
 DR. FRANCISCO MELQUIADES NETO  
 Secretário de Saúde do Estado do Tocantins  
 OLAVO JULIO MACÉDO  
 Prefeito de Piraquê/TO.

4º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO SESAU/DIRJUR/CCON/DESC Nº. 030/2007.  
 PROCESSO Nº.: 2006.3055.005780.  
 CONCEDENTE: Estado do Tocantins, através da Secretaria de Estado da Saúde.  
 CONVENIENTE: Município de Natividade/TO.  
 OBJETO: Cessão de Uso de Bem Móvel – Computador.  
 DATA DA ASSINATURA: 03/09/2010.  
 VIGÊNCIA: adstrita à do Termo original.  
 SIGNATÁRIOS:  
 DR. FRANCISCO MELQUIADES NETO  
 Secretário de Saúde do Estado do Tocantins  
 JOAQUIM RODRIGUES FERREIRA  
 Prefeito de Natividade/TO.

11º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO SESAU/DIRJUR/CCON/DESC Nº. 043/2007.  
 PROCESSO Nº.: 2006.3055.005182.  
 CONCEDENTE: Estado do Tocantins, através da Secretaria de Estado da Saúde.

CONVENIENTE: Município de Araguaína/TO.  
 OBJETO: Cessão de Uso de Bem Móvel – Computador.  
 DATA DA ASSINATURA: 23/12/2010.  
 VIGÊNCIA: adstrita à do Termo original.  
 SIGNATÁRIOS:  
 DR. FRANCISCO MELQUIADES NETO  
 Secretário de Saúde do Estado do Tocantins  
 FELIX VALUAR DE SOUSA BARROS  
 Prefeito de Araguaína/TO.

5º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO SESAU/DIRJUR/CCON/DESC Nº. 022/2008.  
 PROCESSO Nº.: 2008.2900.001111.  
 CONCEDENTE: Estado do Tocantins, através da Secretaria de Estado da Saúde.  
 CONVENIENTE: Município de Miranorte/TO.  
 OBJETO: Cessão de Uso de Bem Móvel – Computador.  
 DATA DA ASSINATURA: 23/12/2010.  
 VIGÊNCIA: adstrita à do Termo original.  
 SIGNATÁRIOS:  
 DR. FRANCISCO MELQUIADES NETO  
 Secretário de Saúde do Estado do Tocantins  
 ABRAHÃO COSTA MARTINS  
 Prefeito de Miranorte/TO.

4º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO SESAU/DIRJUR/CCON/DESC Nº. 006/2009.  
 PROCESSO Nº.: 2009.2900.000149.  
 CONCEDENTE: Estado do Tocantins, através da Secretaria de Estado da Saúde.  
 CONVENIENTE: Município de Porto Nacional/TO.  
 OBJETO: Cessão de Uso de Bem Móvel – Computador.  
 DATA DA ASSINATURA: 23/12/2010.  
 VIGÊNCIA: adstrita à do Termo original.  
 SIGNATÁRIOS:  
 DR. FRANCISCO MELQUIADES NETO  
 Secretário de Saúde do Estado do Tocantins  
 TERESA CRISTINA VENTURINI MARTINS  
 Prefeita de Porto Nacional/TO.

5º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO SESAU/DIRJUR/CCON/DESC Nº. 025/2009.  
 PROCESSO Nº.: 2009.2900.001129.  
 CONCEDENTE: Estado do Tocantins, através da Secretaria de Estado da Saúde.  
 CONVENIENTE: Município de Colinas do Tocantins/TO.  
 OBJETO: Cessão de Uso de Bem Móvel – Computador.  
 DATA DA ASSINATURA: 23/12/2010.  
 VIGÊNCIA: adstrita à do Termo original.  
 SIGNATÁRIOS:  
 DR. FRANCISCO MELQUIADES NETO  
 Secretário de Saúde do Estado do Tocantins  
 JOSÉ SANTANA NETO  
 Prefeito de Colinas do Tocantins/TO.

9º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO SESAU/DIRJUR/CCON/DESC Nº. 021/2007.  
 PROCESSO Nº.: 2006.3055.005892.  
 CONCEDENTE: Estado do Tocantins, através da Secretaria de Estado da Saúde.  
 CONVENIENTE: Município de Araguatins/TO.  
 OBJETO: Cessão de Uso de Bem Móvel – Computador.  
 DATA DA ASSINATURA: 23/12/2010.  
 VIGÊNCIA: adstrita à do Termo original.  
 SIGNATÁRIOS:  
 DR. FRANCISCO MELQUIADES NETO  
 Secretário de Saúde do Estado do Tocantins  
 FRANCISCO DA ROCHA MIRANDA  
 Prefeito de Araguatins/TO.

4º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO SESAU/DIRJUR/CCON/DESC Nº. 012/2007.  
 PROCESSO Nº.: 2007.2900.000330.  
 CONCEDENTE: Estado do Tocantins, através da Secretaria de Estado da Saúde.  
 CONVENIENTE: Município de Praia Norte/TO.  
 OBJETO: Cessão de Uso de Bem Móvel – Computador.  
 DATA DA ASSINATURA: 03/09/2010.  
 VIGÊNCIA: adstrita à do Termo original.  
 SIGNATÁRIOS:  
 DR. FRANCISCO MELQUIADES NETO  
 Secretário de Saúde do Estado do Tocantins  
 GILMAR ALVES PINHEIRO  
 Prefeito de Praia Norte/TO.

**AGÊNCIA TOC. DE REG. CONT. E FISC. DE SERV. PÚBLICOS - ATR**

Presidente: **JORISTÉ COELHO SANTOS**

**RESOLUÇÃO ATR Nº 054, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.**

Estabelece critérios para o enquadramento do usuário na tarifa social dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no âmbito do Estado do Tocantins.

A PRESIDÊNCIA DA AGÊNCIA TOCANTINENSE DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ATR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 1.758, de 02 de Janeiro de 2007 e, Decreto Estadual nº 3.133 de setembro de 2007.

Considerando a necessidade de regulamentação dos critérios para o enquadramento do usuário à obtenção do benefício da tarifa social dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Estado do Tocantins;

Considerando que a empresa concessionária destes serviços públicos deve prestar um serviço adequado, com modicidade e, principalmente, atender ao princípio contratual que é o da universalização de seus serviços;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Estabelecer, na forma desta Resolução, os critérios para o enquadramento do usuário na tarifa social dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no âmbito do Estado do Tocantins.

Art. 2º - Para o acesso ao benefício da tarifa social, o interessado deverá preencher, simultaneamente, os seguintes requisitos:

I - possuir cadastro, na categoria residencial, junto à empresa concessionária dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

II - residir no Estado do Tocantins há mais de 01(um) ano;

III - ter um consumo médio mensal de até 10 (dez) metros cúbicos de água;

IV - comprovar consumo de energia elétrica na categoria residencial monofásica, de até 80 KW/mês;

V - o número de pontos de ligação de água deve ser igual ou inferior a 04 (quatro);

VI - a residência deve se enquadrar no padrão baixo de construção definido pela NBR 12.721 da ABNT, ou ainda inferior;

VII - tenha renda familiar mensal, comprovada, de até 01(um) salário mínimo vigente;

VIII - não possuir qualquer tipo de veículo automotor e linha telefônica fixa ou móvel habilitada em plano pós-pago;

IX - ser beneficiário de Programa de Proteção Social dos Governos Federal, Estadual ou Municipal, em uma modalidade de amparo assistencial de qualquer natureza.

Art. 3º - No caso de o interessado não ser beneficiário de nenhum Programa Social Oficial, conforme item IX do artigo anterior, poderá também pleitear o benefício gerado por essa Resolução, desde que não possua renda familiar mensal superior a 01(um) salário mínimo.

Art. 4º - Os aposentados e pensionistas portadores de doenças crônicas, independentemente da dispensa do pagamento do Imposto de Renda, poderão pleitear, de igual modo, a concessão desta tarifa social.

§ 1º A comprovação das doenças crônicas nos termos do caput deste artigo será feita por laudo pericial expedido por instituições de saúde pública;

§ 2º Os interessados no benefício da tarifa social dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que se enquadrarem na situação prevista no caput deste artigo, não poderão ter renda familiar superior a 02 (dois) salários mínimos mensais;

Art. 5º - No caso de o beneficiário da tarifa social dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário vier a deixar de cumprir qualquer requisito usado para a concessão deste benefício estará automaticamente eliminado deste Programa Social.

Art. 6º - A inclusão das famílias na categoria baixa renda e acesso à tarifa social será realizada pelos Técnicos de Atendimento ao Cliente Externo, após a identificação do preenchimento dos critérios estabelecidos no art. 2º desta Resolução, ou, através da solicitação do usuário nos escritórios de atendimento personalizado das empresas concessionárias dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

§ 1º - As empresas concessionárias dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário terão um prazo de 15 (quinze) dias para analisar o pedido dos interessados no benefício instituído por esta Resolução.

§ 2º - As pessoas que são beneficiárias da tarifa social de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário antes da presente Resolução terão o prazo de 90 (noventa) dias para a comprovação do preenchimento dos novos critérios de enquadramento, contado a partir da notificação por parte da Concessionária.

§ 3º - O não cumprimento do disposto no parágrafo anterior implicará na exclusão automática do benefício da tarifa social dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Art. 7º - Após o deferimento do pedido de enquadramento da tarifa social de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, o interessado é considerado automaticamente beneficiário do Programa Social estabelecido por esta Resolução.

**Parágrafo único - As empresas concessionárias dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário deverão disponibilizar formulário padrão para o pedido de enquadramento da tarifa social tratada por esta Resolução a todos os interessados.**

Art. 8º - Os interessados que se sentirem preteridos quanto ao indeferimento do pedido de enquadramento da tarifa social de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário poderão apresentar reclamação por escrito à Agência de Regulação de Serviços Públicos - ATR.

Art. 9º - As dúvidas e questionamentos surgidos entre usuários e prestadoras dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário serão dirimidos pela ATR, ouvido sempre as empresas concessionárias deste serviço público.

Art. 10 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

#### RESOLUÇÃO ATR Nº 055, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

Aprova os Termos de Contrato de Demanda para Clientes Especiais com Negociação Personalizada

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA TOCANTINENSE DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DO TOCANTINS - ATR, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que a Presidência da ATR é dotada de poderes para exercer a regulação, controle e fiscalização da prestação dos serviços públicos de competência estadual, nos termos da Lei nº 1.758 de 02 de janeiro de 2007 e o Decreto nº 3.133 de 10 setembro de 2007;

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 175 da Constituição Federal e arts. 23 e 29 da Lei Federal 8.987/95;

CONSIDERANDO o que dispõe os arts 21, 22 e incisos e art 37 da Lei Federal nº 11.445/2007;

CONSIDERANDO o que dispõe o art 5º da lei estadual nº 1.758/2007;

CONSIDERANDO o disposto nos Convênios existentes com os Municípios e o Estado do Tocantins em relação a esta matéria;

CONSIDERANDO o disposto nos Contratos de Concessão para exploração dos Serviços Públicos de Água e Esgotamento Sanitário que entre si celebram o Governo do Estado do Tocantins e a Companhia de Saneamento do Tocantins - SANEATINS

Resolve editar a seguinte Resolução:

Art. 1º - Esta Resolução aprova os Termos de Contrato Especial de Fidelidade para fornecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto para Clientes Especiais com Negociações Personalizadas, no qual será permitida a

concessão de descontos no percentual de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) sobre a tarifa da categoria que esse cliente está cadastrado na Concessionária de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, SANEATINS. Conforme modelo do Anexo IA

Art. 2º - Consideram-se Clientes Especiais aqueles que possuem um consumo mensal superior a 100m<sup>3</sup> (cem metros cúbicos) de água. O volume de esgoto será determinado baseando-se no consumo do último exercício, caso o cliente seja usuário de fonte alternativa, a determinação do volume de esgoto, será com base no consumo de água estimado do imóvel.

Art 3º - Os Clientes Especiais deverão consumir o volume de água contratado. Todavia, se esse consumo ultrapassar o volume ajustado, será cobrado a tarifa normal, de acordo com a categoria do cliente.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JORISTÉ COELHO SANTOS  
Presidente

#### ANEXO IA

CONTRATO ESPECIAL DE FIDELIDADE PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL, COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO QUE ENTRE SI CELEBRAM  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS.

Pelo presente instrumento, de um lado a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica YYYYYYYYYY, inscrita no 111111111111111111, sediada no endereço ZZZZZZZZZZZZ, neste ato representado pelo seu Presidente LLLLLLLLLL, portador do CPF 22222222 e RG 333333333, doravante denominado de Contratante, e de outro lado a COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ, sob nº. 25.089.509/0001-83, sediada a 302 N, Avenida NS-2, QI-11, lotes 1 e 2, Palmas - TO, neste ato representado por sua Diretora de Operações XXXXXXXXXXXXX, por seu Diretor de Planejamento XXXXXXXXXXXXXXX e por seu Diretor de Administração e Finanças XXXXXXXXXXXXXXX, simplesmente designada Saneatins, celebram o presente Contrato Especial de Fidelidade e demanda para Fornecimento de Água Potável, coleta e tratamento do esgotamento sanitário em relação à conta de água n.º 4444444444, de conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de fornecimento de água potável, coleta e tratamento do esgotamento sanitário pela Saneatins ao Contratante, classificado na categoria residencial da Saneatins, mediante desconto na tarifa vigente em virtude da adesão ao sistema de fidelização, visando atender à ligação de número 444444444444, localizada no endereço ZZZZZZZZZZZZZZ, nas condições abaixo descritas:

1.1 - O consumo de água até X m<sup>3</sup> (metros cúbicos) custará para o Contratante a quantia de R\$ 6666666 (\_\_\_\_\_), sendo este valor o mínimo que o Contratante irá pagar mensalmente à Saneatins pela tarifa de água e de esgotamento sanitário.

1.2 - Havendo um consumo mensal de até X m<sup>3</sup> (metros cúbicos) de água, a Saneatins concederá ao Contratante um desconto de 16% (dezesseis por cento) calculado sobre as tarifas de água e de esgoto sanitário, observando a tabela de preços vigente na Companhia para a categoria Pública.

1.3 - Em caso de consumo mensal de água de X m<sup>3</sup> (metros cúbicos) a Y m<sup>3</sup> (metros cúbicos), as tarifas de água e de esgotamento sanitário serão faturadas normalmente, observando a tabela de preços vigente na Companhia para a categoria do cadastro, porém, o Contratante continuará recebendo um desconto de 16% (dezesseis por cento) calculado sobre as tarifas de água e de esgoto.

1.4 - Acima do consumo de Y m<sup>3</sup> (metros cúbicos) de água, as tarifas de água e de esgotamento sanitário serão faturadas normalmente observando a tabela de preços vigente na Companhia para a categoria do cadastro, não havendo nenhuma concessão de desconto.

1.5 - Para obtenção do desconto mencionado acima o Contratante deverá obedecer aos seguintes requisitos:



- a) Estar com o imóvel, pela sua destinação, cadastrado na Saneatins na categoria residencial;
- b) Ter um consumo mensal de água entre 366 (trezentos e sessenta e seis metro cúbico) e 466 m<sup>3</sup> (quatrocentos e sessenta e seis metros cúbicos);
- c) Estar adimplente com a Saneatins;
- d) Estar classificada com apenas uma economia;
- e) Não estar usufruindo de qualquer outro tipo de benefício da Saneatins.
- f) Não ser usuário de fonte alternativa de abastecimento;
- g) Estar conectado ao sistema coletor de esgotamento sanitário;
- h) Fidelizar a quitação da fatura de água esgoto e serviço na data do vencimento;
- i) Possuir reservação com capacidade suficiente para atender sua demanda em caso de paradas programadas.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará por 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, prorrogando-se automática e sucessivamente por igual período, caso não haja manifestação em contrário pelas partes contratantes.

2.1 - O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por iniciativa de uma das partes através de comunicação por escrito à outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem acarretar penalidade para a parte que assim proceder, obrigando-se a Saneatins a adotar todas as providências decorrentes da rescisão do presente contrato em até 30 (trinta) dias, contados da manifestação nesse sentido.

2.2 – Nas hipóteses de extinção ou rescisão do contrato, passarão a vigorar para a prestação dos serviços da Saneatins ao Contratante, automaticamente e sem restrições, a estrutura tarifária em vigor na Companhia.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS REAJUSTES

O presente contrato obedecerá aos critérios de reajustes tarifários praticados pela Saneatins, obedecido ao percentual de desconto ajustado no item 1.1 enquanto vigente o contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão prestados em conformidade com a legislação vigente e na forma estabelecida no Regulamento de Serviços da Saneatins, observando, em especial, os dispositivos referentes ao Sistema Tarifário, aos padrões das instalações de água/esgoto e às condições determinadas pelo presente instrumento.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS LIGAÇÕES E INSTALAÇÕES

Fica desde já autorizado pelo Contratante o acesso permanente aos empregados e prepostos da Saneatins às instalações internas – hidráulicas e sanitárias – do imóvel descrito no preâmbulo deste contrato nas seguintes situações:

- a) Realização de vistorias;
- b) Coleta de amostras de água e esgoto;
- c) Manutenção e adequação de hidrômetros;
- d) Serviços de leitura e afins.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS MEDIÇÕES

As medições (leituras) dos volumes de água/esgoto consumidos, para efeito de faturamento, serão realizadas dentro das normas e cronogramas vigentes na empresa para o cliente.

6.1 – Na hipótese de vir a ocorrer defeito ou obstrução no funcionamento do(s) hidrômetro (s), impedindo a apuração real do volume de água consumido pelo contratante, tomar-se-á por base a média de consumo dos últimos 04 (quatro) meses, conforme critérios definidos no Regulamento de Serviços da Saneatins.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

O valor da fatura mensal a ser cobrado do Contratante na conta de água n.º 44444444444, cadastrada na categoria pública, conforme definido no preâmbulo deste instrumento.

7.1 – A fatura será entregue ao Contratante no endereço por ele indicado, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência da data do vencimento.

7.2 – Além do fornecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, serão incluídos na fatura os valores de outros serviços prestados pela Saneatins, caso necessário, sobre os quais não se aplicará o desconto previsto por este instrumento.

7.3 – O pagamento da respectiva fatura será efetuado pelo Contratante à Saneatins nas condições vigentes para os consumidores da Companhia, através da rede conveniada.

7.4 – Caso o pagamento da fatura não ocorra na data de seu vencimento, a mesma sofrerá os acréscimos legais estabelecidos e praticados pelas Normas da Saneatins, sem prejuízo do disposto na cláusula nona.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS

A Saneatins reserva-se o direito de suspender temporariamente o fornecimento de água, bem como se isentam de qualquer responsabilidade, penalidades ou prejuízos advindos ao Contratante em consequência da existência de casos fortuitos ou força maior, tais como: rompimento de redes, adutoras e sub-adutoras, greves, estiagens (acionamento de água), incêndios, guerras, fenômenos meteorológicos, falta de energia elétrica, calamidade pública e outros, desde que ocorridos sem culpa e por fatos fora do controle da Saneatins.

8.1 – A Saneatins poderá suspender o fornecimento de água do Contratante também em caso de inadimplência desta para com a Companhia, nos termos da legislação vigente.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E PENALIDADES

Implicará na rescisão do contrato, com a perda do desconto previsto na cláusula primeira e sem prejuízo das sanções administrativas e pecuniárias previstas no Regulamento de Serviços de Água e Esgoto da Saneatins, a ocorrência de alguma das situações abaixo:

- a) O atraso no pagamento da fatura pelo Contratante em prazo superior ao previsto na Lei 11.445 de 05 de janeiro de 2007;
- b) O não cumprimento por parte do Contratante das obrigações aqui assumidas, em especial as previstas na cláusula primeira, nos prazos e condições aqui avençados, sem justificativa aceita pela Saneatins.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O Contratante obriga-se a obedecer as Normas e Regulamentos da Saneatins, bem como toda legislação Municipal, Estadual, Federal que esteja relacionada ao objeto do presente contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Palmas/TO, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justas e acertadas, firmam o presente contrato especial de fidelidade para fornecimento de água potável e coleta/tratamento de esgoto, juntamente com duas testemunhas.

Palmas/TO, XX de XXXXXXX de 20XX.

_____ Diretor Saneatins	_____ Diretor Saneatins	_____ Diretor Saneatins
Contratante		
Testemunha:	Testemunha:	
1) _____	2) _____	
Nome:	Nome:	
RG/CPF:	RG/CPF:	